

O VETOR TERRITORIAL E O VETOR RETICULAR DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Licio Caetano do Rego Monteiro¹

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Angra dos Reis, RJ, Brasil

Enviado em 21 abr. 2021 | Aceito em 30 ago. 2021

Resumo: O presente artigo busca pensar a segurança internacional em termos geográficos, discutindo a dimensão espacial da segurança, geralmente negligenciada nos estudos realizados pelas disciplinas que tradicionalmente se aprofundam no assunto. São dois enfoques para explorar a dimensão geográfica da segurança: territórios (e fronteiras) e redes (e fluxos), traduzidos como vetor territorial e vetor reticular. O vetor territorial é o enfoque da segurança a partir da territorialidade estatal em suas expressões mais imediatas, o território e a fronteira. O vetor reticular, em contraposição ao primeiro, explora os dispositivos não-territoriais, relacionados à circulação, às redes e aos fluxos que cruzam as fronteiras.

Palavras-chave: segurança; território; rede

THE TERRITORIAL VECTOR AND THE RETICULAR VECTOR OF INTERNATIONAL SECURITY

Abstract: This article seeks to think of international security in geographic terms, discussing the spatial dimension of security, which is generally neglected in studies carried out by disciplines that traditionally delve into the subject. There are two approaches to explore the geographical dimension of security: territories (and borders) and networks (and flows), translated as territorial vector and reticular vector. The territorial vector is the focus of security based on state territoriality in its most immediate expressions, the territory and the border. The reticular vector, in contrast to the first, explores non-territorial devices, related to circulation, networks and flows that cross borders.

Keywords: security; territory; network

EL VECTOR TERRITORIAL Y EL VECTOR RETICULAR DE LA SEGURIDAD INTERNACIONAL

Resumen: Este artículo busca pensar la seguridad internacional en términos geográficos, discutiendo la dimensión espacial de la seguridad, generalmente desatendida en estudios realizados por disciplinas que tradicionalmente ahondan en el tema. Existen dos enfoques para explorar la dimensión geográfica de la seguridad: territorios (y fronteras) y redes (y flujos), traducidos como vector territorial y vector reticular. El vector territorial es el foco de la seguridad desde la territorialidad estatal en sus expresiones más inmediatas, el territorio y la frontera. El vector reticular, a diferencia del primero, explora dispositivos no territoriales, relacionados con la circulación, las redes y los flujos que cruzan fronteras.

Palabras clave: seguridad; territorio; red

1. Doutor em Geografia, Professor Adjunto de Geografia Humana do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense – Campus Angra dos Reis, e-mail: licio.caetano@id.uff.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2925-2856>

Introdução

Como pensar a segurança internacional – esse tema de interesse crescente no âmbito da geografia – em termos geográficos? Como pensar a dimensão espacial da segurança, geralmente negligenciada nos estudos realizados pelas disciplinas que tradicionalmente se aprofundam no assunto? Desenvolvemos aqui dois enfoques para explorar a dimensão geográfica da segurança: territórios (e fronteiras) e redes (e fluxos), traduzidos como vetor territorial e vetor reticular.

O primeiro enfoque da segurança a partir da territorialidade estatal em suas expressões mais imediatas, o território e a fronteira, é o que chamaremos de vetor territorial. O segundo enfoque, em contraposição ao primeiro, explora os dispositivos não-territoriais, relacionados à circulação, às redes e aos fluxos que cruzam as fronteiras, é o que chamaremos de vetor reticular.

A contraposição entre vetores territorial e reticular de segurança retoma uma distinção recorrente em diversos autores: circulação (sistemas de movimento) e iconografia (sistemas de resistência ao movimento) (GOTTMANN 1952), sistema de cidades e sistema de Estados (TILLY 1990), capitalismo e territorialismo (ARRIGHI 1994), espaço-de-fluxos e espaço-de-lugares (CASTELLS 1996), fluxos e fixos (SANTOS 1996), território-rede e território-zona (HAESBAERT 2006), lógica capitalista e lógica territorial de poder (HARVEY 2003), geoeconomia e geopolítica (COWEN; SMITH 2009), lógicas geoeconômicas e geopolíticas de poder (MERCILLE 2008), uma lista interminável. Apesar das diferenças existentes entre as formulações teóricas por trás desses conceitos, podemos extrair delas um denominador comum para pensar a relação entre geografia e segurança a partir de duas lógicas espaciais opostas e complementares: uma associada ao território, à fixidez, à permanência; outra associada aos fluxos, ao movimento, à circulação. O uso do termo *vetor* tem por finalidade manter a ideia pouco rígida para que sirva meramente como um ponto de partida. Não pretendemos acrescentar mais um vocabulário à coleção já existente, mas sim nos apropriarmos de diversos *inputs* teóricos para aplicá-los à nossa abordagem específica sobre a questão da segurança.

Aprofundaremos essa discussão a partir das dualidades de lógicas de poder expressas por Jean Gottmann, Charles Tilly, Giovanni Arrighi e David Harvey.

Em 1976, Gottmann coloca em oposição os termos segurança e oportunidade, embora não aprofunde esses termos como conceitos bem definidos. A partir da referência às teorias de Platão e Aristóteles sobre o planejamento das cidades, encontradas principalmente nas obras *Leis* e *A República*, de Platão, e *Política*, de Aristóteles, a abordagem de Gottmann (1976) afirma que a proposição platônica enfatiza a busca da estabilidade interna da cidade, associada ao isolamento e à auto-suficiência, enquanto a visão aristotélica valoriza a combinação entre segurança e oportunidade, reconhecendo a necessidade de abertura para o comércio como garantia da própria existência das cidades como unidades. Um aspecto geográfico apontado por Gottmann na argumentação dos dois filósofos é o papel da proximidade do mar para a cidade, visto com restrições por Platão e valorizado por Aristóteles.

Gottmann analisa o desenvolvimento da soberania territorial a partir da combinação contraditória entre segurança e oportunidade. Sobre a soberania territorial moderna. Gottmann identifica a segurança como principal preocupação de autores como Thomas Hobbes, mas chama atenção também para a coexistência entre soberania territorial e espaços livres de soberania, tal como defendido por Hugo Grotius em relação ao direito sobre o mar (GOTTMANN 1976, pp. 49-51).

A teoria de Arrighi também busca identificar distintas fontes de surgimento do moderno sistema interestatal e do sistema capitalista na Europa moderna e traçar uma estrutura interpretativa da evolução, da hierarquia e dos padrões de transformação desses sistemas. Para Arrighi,

capitalismo e territorialismo representam estratégias alternativas de formação do Estado. Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio (1996, p. 34).

A abordagem de Arrighi é parcialmente inspirada nas duas lógicas de poder atuantes na formação dos Estados descritas por Charles Tilly: a da coerção e a do capital. A formação de um sistema de unidades políticas na Europa a partir do final do século XIV foi dividida entre 'sistemas de cidades', definidos pela relação entre concentrações de capital, e 'sistemas de Estados', correspondentes à relação entre concentrações de coerção (1990, p. 47). As diferentes combinações de coerção e capital resultaram em trajetórias específicas de formação de Estados na Europa.

Tilly associa a concentração de coerção aos Estados e a concentração de capital às cidades, embora considere que as trajetórias de formação das diferentes unidades políticas apresentem sempre certa concentração de coerção e capital, mas em níveis diferenciados. Alguns elementos da descrição de Tilly sobre a estrutura de concentrações diferenciadas de capital e coerção permitem associar coerção e território. Essa associação está na base no desenvolvimento proposto por Giovanni Arrighi sobre territorialismo e capitalismo. Arrighi, porém, destaca sua diferença em relação à abordagem de Tilly:

A antinomia entre a lógica capitalista e a lógica territorialista do poder não deve ser confundida com a distinção de Charles Tilly entre um modo de gestão do Estado e da guerra "com alto coeficiente de coerção", outro "com alto coeficiente de capital", e um modo intermediário de "coerção capitalizada". Esses modos, como explica Tilly (1990, p. 30), não representam "estratégias" alternativas de poder. Representam, antes, diferentes combinações de coerção e capital em processos de gestão do Estado e da guerra que podem ser orientados para um mesmo objetivo, no que concerne à aquisição de controle sobre o território/população ou sobre os meios de pagamento. Esses "modos" são neutros quanto à finalidade do processo de gestão do Estado para o qual contribuem. (...) Essa antinomia não implica coisa alguma no tocante à intensidade da coerção empregada na busca do poder por qualquer dessas estratégias (ARRIGHI 1996, p. 33-34).

David Harvey apresenta duas lógicas de poder – territorial e capitalista – explicitamente inspiradas na formulação de Arrighi. Porém, a abordagem de Harvey se diferencia da de Arrighi, pois associa a lógica territorial de poder aos estados e a lógica do capital às empresas capitalistas. Arrighi foge dessa identificação imediata: as lógicas do capital e do território são ambas estratégias para a formação de Estados.²

As construções teóricas dos autores são análogas, apesar das diferenças pontuadas por Arrighi. Podemos identificar uma mesma tendência em reconhecer uma dualidade no processo de

2 O interessante na concepção de Arrighi é pensar em uma lógica capitalista que não encerre seus objetivos exclusivamente nos ganhos capitalistas, ou seja, que seja uma via de desenvolvimento da consolidação de unidades políticas. O foco aqui não é o resultado, mas a intenção, como destaca Arrighi ao dizer que a "estrutura lógica da ação estatal no que diz respeito à aquisição de territórios e à acumulação de capital não deve ser confundida com os resultados efetivos" (1996, p. 34). Essa perspectiva chama atenção para situações em que lógicas predominantemente capitalistas, em determinado contexto espaço-temporal, tenham levado a vastas aquisições territoriais, caso da conquistista britânica da Índia, ao mesmo tempo em que concentrações de coerção podem ter resultados mais efetivos para a acumulação de capital do que propriamente para consolidação de Estados, como demonstra o caso veneziano.

formação dos Estados modernos e nas estratégias de projeção do poder estatal dentro do sistema internacional. Em relação às diferenças pontuadas entre Arrighi e Harvey, concordamos com Arrighi de que ambas as lógicas podem ser aplicadas à formação dos Estados e, podemos acrescentar, à própria segurança dos Estados, à maneira como se concebe a segurança e os limites da soberania estatal.

Nossa proposta é desenvolver uma abordagem geográfica sobre a segurança a partir dessas duas lógicas. Coerção, territorialismo e lógica territorial de poder expressam esse primeiro vetor espacial associado ao território e à função defensiva das fronteiras. Capital, capitalismo e lógica capitalista de poder expressam um segundo vetor espacial associado à circulação e às redes. As formas de guerra e as estruturas de poder evoluíram de forma correlacionada tendo como resultado a consolidação de territórios e fronteiras estatais. A funcionalidade do território e das fronteiras para a defesa foi demonstrada nas diversas guerras ocorridas ao longo dos séculos. Porém, essa lógica de segurança não esgota as dinâmicas existentes no moderno sistema interestatal. Uma outra lógica pode ser identificada na segurança através do movimento, da capacidade militar de atuar cada vez mais rápido e a distâncias cada vez maiores, numa ação que se descola do vínculo territorial imediato.

Território, fronteiras e segurança: o vetor territorial

A guerra e a preparação para a guerra desenharam os limites políticos dos Estados europeus, a partir dos processos mutuamente constitutivos dos fronts de guerra e das fronteiras políticas. Essa hipótese parte das formulações de Charles Tilly (1990) e Michel Foucher (1991). As diferentes combinações entre capital e coerção deram aos Estados nacionais uma vantagem decisiva em relação às demais formas políticas existentes na Europa (cidades-Estado, Impérios, federações urbanas, etc.) (TILLY 1990, p.90-91). A formação dos Estados e fronteiras modernos correspondeu à desconstrução dessas outras territorialidades do poder. A relação entre *front* e fronteira está inscrita na própria etimologia, que indica uma relação forte e original entre 'front' e 'fronteira', como apontado por M. Foucher (1991, p.38).

Buscamos aprofundar questões sobre as mudanças técnicas na guerra e suas implicações espaciais, partindo da hipótese de que as mediações entre guerra, técnica, espaço e poder do Estado são fundamentais para explicar as transformações nos fronts e fronteiras no moderno sistema interestatal. As mudanças nas formas de guerra redefiniram a função defensiva das fronteiras em novos padrões. Ao tratar da questão técnica na guerra, consideramos a mediação entre os homens e os objetos técnicos, a maneira como a mediação técnica entre os elementos humanos e não-humanos produzem a espacialidade dos fenômenos militar e político em diversas escalas.

As mudanças técnicas no aperfeiçoamento das armas de projétil e dos dispositivos de defesa modificaram a escala e a organização espacial das batalhas no plano tático. Considerando a guerra em sua unidade mais básica, o campo de batalha, a evolução técnica das armas permitiu um aumento paulatino da distância entre o agressor e o alvo³. Essa capacidade de ferir à distância representou uma vantagem decisiva em relação aos meios à disposição da cavalaria medieval⁴.

³ Até mesmo uma arma sem projétil como o piquete extraía sua vantagem da distância (3 metros) que permitia ferir o cavaleiro. Essa distância chegava a 100 metros no caso das balestras, a 200 metros, com o arco longo britânico, e a 250 metros com a balestra aperfeiçoada no século XIV. O mosquete, primeira arma de fogo pequena o suficiente para ser carregada pela infantaria, podia ferir um indivíduo a 180 metros, mas os tiros não eram muito precisos, só tinham efeito ao serem disparados contra uma massa de combatentes.

⁴ A crescente fragilidade frente às novas formas de guerra ficou evidente na batalha de Legnano (1176), em que os cavaleiros foram derrotados por forças concentradas de piqueteiros (McNEILL 1988, p.72). Entre os séculos XI e XIII, a eficácia dos balestreiros nas batalhas foi um fator de erosão da antiga forma de guerra baseada na cavalaria. Mas ainda faltava uma

No final do século XV, um novo sistema de guerra se desenvolveu na Itália (McNEILL 1988, p.85), baseado no uso de armas de fogo e na ampliação do papel da infantaria e da artilharia – com piqueteiros, mosqueteiros e uma nova formação tática, o *tercio español*. As armas de fogo começaram a ser utilizadas em princípios do séc. XIV, mas até meados do séc. XV as catapultas ainda eram mais eficientes⁵. Mesmo com a vantagem do canhão nas guerras de sítio, ainda assim era preciso encontrar soluções adequadas para a dependência dos metais (McNEILL 1988, pp.94-95) e para a mobilidade das armas⁶.

As sucessivas mudanças no campo de batalha alteraram a organização espacial do poder político, num primeiro momento a favor das cidades-Estado italianas, entre os séculos XII e XIV. A ampliação do papel da infantaria, principalmente dos piqueteiros e balestreiros, levou a êxitos militares das cidades-Estado emergentes que mudaram a correlação de forças em relação aos demais poderes baseados na cavalaria, com sua organização espacial fragmentada. Essa mudança na forma de guerra representou uma mudança social, uma vez que o poder das armas não dependia mais exclusivamente da propriedade fundiária, na qual se assentava o poder da cavalaria.

Posteriormente, entre os séculos XV e XVI, essas mudanças se voltaram contra as cidades-Estado e a favor dos Estados extensos e centralizados⁷. A mudança ocasionada no plano tático mais uma vez levou a mudanças na organização espacial do poder político. As formas espaciais dos sistemas de defesa evoluíram juntamente com os sistemas de assédio capazes de ameaçar a segurança das cidades-Estado, baseado na utilização das armas de fogo. Entre 1450 e 1550, as fortificações mudaram sua arquitetura para se defender das novas armas. As novas fortificações adotaram o modelo de *trace italienne*, que se constituía de três elementos básicos: terra pouco compactada para absorver o impacto dos tiros, fosso para ampliar a distância dos agressores, bastião para permitir o contra-ataque. Uma vez modificado o traçado das fortificações, as defesas se tornavam quase intransponíveis, pequenos avanços poderiam levar meses ou anos (PARKER 2005, p.103).

O novo tipo de fortificação, com a adoção do modelo de *trace italienne*, tornaram os custos da guerra mais altos: somente Estados com capacidade de arcar com os custos da construção poderiam adotá-las. Os espanhóis, por exemplo, vitoriosos nas guerras italianas, tiveram que se endividar para guerrear na Holanda, na Guerra dos 30 Anos (1618-1648)⁸. Entre os séculos XIV e XVII,

coordenação na batalha para evitar que piqueteiros e balestreiros ficassem numa posição vulnerável, uma vez que o intervalo entre os disparos ainda era grande.

⁵ A artilharia evoluiu com a adoção da forma esférica da bala de canhão em substituição à pedra, tornando os tiros mais velozes e mais fortes. Nos anos entre 1465 e 1477, ocorreu a diminuição do tamanho e a introdução das balas de ferro. A pólvora em grãos facilitou uma ignição mais rápida (McNEILL 1988, pp.96-97). Entre 1450 e 1550 se desenvolveram os canhões de bronze e de ferro, tecnologias lentamente difundidas no continente europeu. Enquanto a Inglaterra começara a fundir canhões de ferro em 1543, essa novidade só chega à França na década de 1660. O uso intensivo do metal dificultou que os italianos mantivessem a primazia na fabricação das armas, devido à dependência de importação dos metais do norte da Europa (McNEILL 1988, p.89).

⁶ A adoção das rodas e do cavalo para transportar o canhão, a absorção do retrocesso, a rápida transição entre posição de traslado e disparo e o tamanho de 2,5 metros de longitude finalizaram o modelo que permaneceu até 1840. A distância do tiro dos canhões até o século XVI era limitada: maior que 90 metros, para proteger a artilharia, menor que 270 metros para ser efetivo (PARKER 1995, p.103).

⁷ Os sistemas de defesa das cidades-Estado italianas não conseguiram conter a interferência de outros centros de poder na Península Itálica. Em 1494, por exemplo, a fortaleza de Nápoles sucumbiu em oito horas, quando em ocasião anterior havia resistido durante sete anos (KEEGAN 2006, p.408). Segundo McNeill (1988, p.98), “na Europa, a principal consequência desse novo armamento foi impedir o crescimento das cidades-Estado italianas e reduzir outros pequenos reinos a proporções insignificantes”.

⁸ A Espanha não era financeiramente auto-suficiente, precisava do dinheiro dos banqueiros estrangeiros para se armar. Se por um lado a vitória espanhola sobre as cidades-Estado italianas demonstrou que a guerra assumia uma nova escala, cujos custos não podiam ser bancados pelas cidades-Estado mas sim por Estados fortes com capacidade centralizada de arrecadação de impostos, por outro lado, sua derrota frente à federação holandesa demonstrou que os Estados não podiam

a administração burocrático-comercial do Estado e da guerra se difundiu da Itália para Holanda, França e Espanha. No século XVII, chegou a Alemanha, Suécia, Inglaterra e Rússia (McNEILL 1988, p.130). Charles Tilly afirma que os Estados nacionais “triunfaram na Europa porque os Estados mais potentes – França e Espanha antes de todos os outros – adotaram formas de guerra que temporariamente esmagaram os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal” (1990, p.262).

As técnicas se difundiram de forma desigual nas diversas regiões e foram aproveitadas de diferentes maneiras pelas unidades políticas emergentes. As vantagens obtidas nas guerras entre essas unidades políticas tinham em grande medida sua fonte nas inovações técnicas desenvolvidas e assimiladas. Nesse processo, podemos enumerar as seguintes mudanças: a distância entre o atirador e o alvo; a precisão em relação ao alcance; a velocidade de deslocamento da artilharia, na terra ou no mar; a capacidade de manobrar; a diminuição dos intervalos entre os tiros; e a mudança nas formações táticas no campo de batalha.

O que num primeiro momento aparecia somente como mudança no plano tático das batalhas – as armas de fogo e as novas fortificações, a “revolução militar” de Geoffrey Parker (1995)⁹ –, passa a representar um novo desafio para as unidades políticas, que diz respeito, por um lado, à extensão territorial e à centralização do poder político e, por outro lado, à capacidade de financiamento da guerra, com exércitos profissionais bem treinados e com grandes contingentes – elementos destacados pela “revolução militar” de Michael Roberts (1995)¹⁰.

Podemos identificar um processo simultâneo de interdição da violência privada no interior dos territórios e de deslocamento da guerra e da defesa para as fronteiras. Ao tratar do modo como a guerra produziu Estados (e vice-versa), Charles Tilly (1990) indica que os meios de coerção do Estado foram construídos negando-os à população civil. Mas para isso houve dificuldades, pois o poder armado do Estado deveria enfrentar o poder de nobres, cavaleiros, bandidos, *mafiosi*, etc., que ainda detinham o uso privado da força. Foram derrubados os muros que cercavam castelos e cidades com diferentes graus de autonomia no interior dos reinos. Não fazia mais sentido as cidades muradas, assim como os muros privados dos castelos no interior dos Estados em processo de centralização dos meios de coerção. Era preciso estimular a circulação interna, quebrando as barreiras de coerção privadas, das tarifas sobre o comércio e das identidades culturais que estabeleciam lealdades concorrentes às do Estado moderno emergente. Esse processo se radicaliza com o advento do Estado nacional.

A “estatização da guerra” correspondeu a um processo concomitante de apagamento das guerras cotidianas ou privadas. “Cada vez mais as guerras (...) tendem a não mais existir, de certo modo, senão nas fronteiras, nos limites exteriores das grandes unidades estatais, como uma relação

ser fortes sem o capital dos banqueiros, pois a arrecadação de impostos era um mecanismo limitado de ampliação dos gastos militares. É o que conclui McNeill, ao afirmar que “no século XVI, até as mais poderosas estruturas de mandato européias chegaram a depender do mercado internacional de dinheiro e crédito para a organização militar e outros empreendimentos importantes” (1988, p.127).

⁹ Geoffrey Parker situa na passagem do séc. XV para o séc. XVI a “revolução militar”, enfatizando a novidade das armas de fogo e da *trace italienne* nas fortificações (1995). Suas conseqüências foram verificadas nas mudanças políticas relacionadas ao declínio da cavalaria e, posteriormente, das próprias cidades-Estado italianas onde essas inovações foram inicialmente experimentadas.

¹⁰ Michael Roberts, que inaugura o conceito de “revolução militar”, destaca a passagem entre a sociedade medieval e o mundo moderno nos cem anos entre 1560 e 1660. Segundo Roberts, a revolução militar resultou da tentativa de solucionar um problema tático: como combinar armas de mísseis com ação de curta distância; como reunir poder de ataque, mobilidade e força defensiva (1995: 13). A solução foi oferecida pelas reformas de Maurício de Orange e Gustavo Adolfo, que possibilitaram a formação de grandes exércitos profissionais bem treinados.

de violência efetiva ou ameaçadora entre Estados” (FOUCAULT 2002 [1976], p.55)¹¹. Nesse processo, constitui-se também o aparato militar estatal definido para atuar na guerra. O governo centralizado era sustentado por um sistema fiscal no qual, como no caso francês, “os canhões realizavam, se necessário, a coleta de impostos de vassalos renitentes” (KEEGAN 2006, p.406)¹². A partir dessa virada, ocorrida principalmente no século XVII, a ideia do Estado como detentor do uso legítimo da força no interior de um território passa a fazer sentido, definindo da mesma forma o caráter territorial da soberania estatal.

O procedimento padrão descrito por Tilly considera a seguinte lógica: “todo aquele que controlava os meios substanciais de coerção, tentava garantir uma área segura dentro da qual poderia desfrutar dos lucros da coerção, e mais uma zona tampão fortificada para proteger a área segura” (1990, p.70)¹³. O exemplo citado por Tilly era a França de Luís XIV, que apresenta o modelo mais bem acabado de formação de um Estado territorial pela consolidação de territórios contíguos através de fortificações localizadas nas fronteiras, que ainda estavam por se definir.

A centralização da guerra nas mãos do Estado enfrentou a crise dos antigos sistemas de guerra (TILLY 1990; KEEGAN 2006). O recrutamento dos soldados se dava pelas relações de suserania entre o rei e os senhores feudais, porém a maior importância assumida pelos cavaleiros levou a constantes quebras de lealdade e a proliferação de exércitos privados em castelos cada vez mais reforçados¹⁴. A organização dos regimentos, criados a partir da escolha dos melhores guerreiros da massa de soldados disponíveis, foi a solução para fornecer uma composição uniforme e bem treinada, diretamente ligada ao soberano, que enfrentasse os demais detentores dos meios de coerção. A Revolução Francesa, com a mobilização geral da população para a guerra, inaugurou outra fonte para o exército regular, que incluía o conjunto do povo como combatente.

A função defensiva da fronteira foi importante para o processo de consolidação dos Estados modernos. Dois elementos são privilegiados nesse processo: as mudanças de concepção das fortificações de fronteira e a demarcação dos limites dos territórios. Peter Sahllins (1989) exemplificou algumas etapas desse processo nos limites territoriais entre França e Espanha nos vales dos Pirineus.

No permanente processo de mudanças nas formas de guerra a partir do século XV, a França obteve seu destaque no último quartel do século XVII, período em que consolidou um novo tipo de fronteira militar: a política de “portas abertas aos países vizinhos” deu lugar à “política de barreira” (SAHLINS 1989, p. 68)¹⁵, conduzida pelo engenheiro militar Vauban. Sua ideia foi “abandonar as fortalezas e cidades mais avançadas, renunciando aos postos avançados mais distantes em

¹¹ Na evolução das práticas e instituições de guerra, “pouco a pouco, sucedeu que, de fato e de direito, apenas os poderes estatais podiam iniciar as guerras e manipular os instrumentos de guerra” (FOUCAULT 2002 [1976], p.55).

¹² O processo de desencastelamento comandado pelos reis para efetivar o monopólio dos meios de coerção só foi possível com o advento tecnológico da pólvora, como vimos anteriormente, pois antes da pólvora “o poderio dos castelos excedia em muito a força dos engenhos de assédio, uma verdade (...) que fora válida desde a construção de Jericó” (KEEGAN 2006, p.203).

¹³ Zona tampão, nesse caso, não se refere ao conceito de zona-tampão utilizado para designar “zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira” (RETIS/MIN 2005, p.145), geralmente através da demarcação de unidades de conservação e terras indígenas.

¹⁴ O pagamento de mercenários gerava um problema circular, pois o custo de manutenção era alto para os reis, mas também era alto o risco de dispensa dos soldados em suas jurisdições, visto que podiam envolver-se em saques, pilhagens e ameaças ao soberano.

¹⁵ “The “politics of open doors on neighboring countries” gave way to the “politics of barrier”. The idea was Vauban’s, the architect of France’s new frontier. Long before the Maginot Line, Vauban had built his “iron frontier” consisting of two lines of fortified sites” (SAHLINS 1989, p. 68).

benefício de um espaço mais fechado” (VAUBAN 1673 apud SAHLINS 1989, p. 68)¹⁶. Vauban aconselhava ao rei “pensar um pouco mais sobre enquadrar seu campo” e criticava a “confusão de fortalezas amigas e inimigas misturadas juntas”.

A consolidação desse espaço fechado implicava expurgar enclaves no interior da França, dessa forma garantindo não só uma fronteira militarmente segura, mas também um espaço de livre circulação entre os franceses (SAHLINS 1989, p. 69). A passagem do modelo de soberania jurisdicional desagregada dos Estados de Antigo Regime para o modelo de soberania territorial delimitada correspondeu a um longo processo, com idas e vindas e conflitos abertos entre as grandes potências europeias¹⁷. A demarcação dos limites é, por sua vez, um processo bem mais recente, a maior parte dos limites territoriais foram desenhados e consolidados através de acordos internacionais a partir do século XIX (FOUCHER 1991; MACHADO 2005)¹⁸.

Os processos de formação dos Estados modernos (e coloniais) e do sistema interestatal estiveram relacionados a intensas e contínuas modificações nas formas de guerra, apesar de não existir um consenso entre os autores no que diz respeito à periodização, à localização e aos principais elementos que constituíram a “revolução militar”¹⁹. As diferentes periodizações da “revolução militar” demonstram a dificuldade em definir que elementos, momentos e lugares foram significativos nas mudanças do *warfare* ocidental desde o século XIV. Buscamos situar essas mudanças em função da maneira como os territórios mutuamente excludentes, a função defensiva das fronteiras e a demarcação de limites precisos condicionaram a segurança dos limites de separação, o interno e o externo da soberania estatal moderna (e colonial, sem o que não se entende essa dialética entre o interno e o externo, ambas marcadas pela colonialidade do saber e do poder).

Apesar da vinculação imediata entre fronteira e defesa no imaginário político moderno e da tendência de identificar o desencaixe entre fronteira e defesa como algo excepcional, não existe uma necessária coincidência espacial entre fronteira e defesa. A ideia de que a defesa do Estado corresponde à defesa da fronteira expressa somente uma dimensão da fronteira e da defesa. Quando

¹⁶ “The King ought to think a little about squaring his field. This confusion of friendly and enemy fortress mixed together does not please me at all” (VAUBAN 1673 apud SAHLINS 1989, p. 68).

¹⁷ Nesse processo, a cartografia moderna foi um importante instrumento de poder na delimitação dos territórios nacionais (RAFFESTIN 1993, p.145). No século XVII, a cartografia militar se consolidou como atividade sistemática dos engenheiros reais, não só pelas necessidades logísticas e táticas, mas também para reconhecer as zonas fronteiriças em que se precisava assegurar os direitos do rei (REVEL 1989, p.147). No século XVIII, o mapa da França de Cassini possibilitou pela primeira vez que um exército estivesse “equipado com uma carta topográfica precisa do território que ele tinha a missão de defender” (GUERLAC 2001, p.107).

¹⁸ Embora orientada por motivos diferentes do caso dos Pirineus, a presença portuguesa na Amazônia brasileira se consolidou por processos similares no século XVIII e XIX. Na Amazônia setecentista, enquanto os Tratados de Madrid (1750), de Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777) buscavam definir os limites aproximados entre a colônia portuguesa e as terras da Coroa Espanhola, a construção e a reforma de fortificações nos principais lugares de comunicação fluvial representavam a presença simbólica dos portugueses, a despeito de sua ineficiência militar (MACHADO 1997). Apesar do mito da herança territorial portuguesa na formação do Brasil independente, o fato é que em 1822 os limites da colônia portuguesa que se tornava independente ainda não haviam sido demarcados, como demonstram os mapas da época (MACHADO 1989). Os tratados de limites ocorrem posteriormente, no século XIX, quando também eram traçados com maior precisão os limites entre os Estados dentro da Europa.

¹⁹ Além dos conceitos de “revolução militar” desenvolvidos por Michael Roberts e Geoffrey Parker, acrescentamos ainda o de Jeremy Black, que defende a existência de pelo menos três períodos revolucionários: 1470-1530 (período destacado por Parker); 1660-1720 e 1792-1815 (levée en masse). O argumento de Black busca enfatizar a relação entre mudanças quantitativas e qualitativas, a dificuldade em relacionar as cronologias política e militar e o papel da guerra naval e das experiências das guerras europeias contra povos não-europeus. Ao focar o período entre 1660 e 1720, Jeremy Black destaca o momento em que os europeus se tornam militarmente superiores aos povos não-europeus rivais, posição somente conquistada com a vitória austríaca sobre os turcos, em 1718, como o ponto de inflexão da revolução militar europeia (1995, p.102). A vitória austríaca foi expressão de uma mudança mais geral ocorrida no *warfare* europeu em termos de velocidade, mobilidade e força de choque, além de táticas defensivas baseadas no poder de fogo da infantaria, o que já aparecia nos conflitos europeus na primeira metade do século XVI (BLACK 1995, p. 102).

pensamos em política de defesa, podemos nos referir a ações que não possuem uma relação direta com a fronteira - capacidade de financiar a guerra, por exemplo. Por outro lado, a fronteira origina fluxos e funções de intercâmbio que seriam inconcebíveis a partir de uma visão estritamente defensiva.

Circulação, redes e segurança: o vetor reticular

O procedimento de recortar o espaço em territórios mutuamente excludentes circunscritos por fronteiras fortificadas e regulados por tratados de limites precisos é o mais visível padrão da territorialidade estatal moderna, tornando quase imediata a vinculação entre soberania estatal e soberania territorial. O território é o elemento mais tangível da soberania. Mas isso ainda não é tudo. Voltemos à descrição de Tilly sobre o procedimento padrão de criação de zonas tampão. Esse procedimento não pode ser utilizado quando se trata da trajetória capitalista de financiamento da guerra e do Estado, conclusão que poderia ser baseada no próprio Tilly. Considerando as trajetórias coercitivas e capitalistas de formação dos Estados, a interdição ou controle de uma área segura deve ser pensada juntamente com a capacidade de estabelecer vínculos de longa distância e controlar rotas comerciais²⁰. É o que encontramos no desenvolvimento, por exemplo, da guerra naval e da estratégia de garantir o domínio dos mares para livre circulação, levada a cabo pelos neerlandeses, e depois pelos britânicos.

Podemos reconhecer a existência de um vetor espacial de segurança que se realiza no movimento, diferentemente do que se realiza na fixidez territorial das barreiras. Logo, embora predomine uma concepção de território que se opõe à ideia de fluxo e se associa a ideia de fechamento, queremos problematizar a relação entre segurança, abertura e movimento que configura um vetor espacial próprio, distinto da concepção de território à qual geralmente se limita a questão da segurança e defesa.

O conceito de circulação apresentado por Gottmann é a base a partir da qual podemos pensar o segundo vetor de segurança. Segundo Gottmann,

a circulação é naturalmente criadora de mudanças na ordem estabelecida no espaço: ela consiste em deslocar. Na ordem política, ela desloca os homens, os exércitos e as ideias (...) Localizar no espaço os fenômenos consiste em os colocar nos sistemas de relação que a circulação anima. A posição geográfica de um nó ou de um território (...) resulta de um certo estado de circulação (1952, p. 215)²¹.

A circulação possui, pois, um valor estratégico próprio, está relacionada à conectividade e à posição, mais do que à circunscrição fortificada de uma determinada área que se busca assegurar. Como pensar a segurança em termos de fluxo, movimento, circulação, longas distâncias? Enquanto no caso do vetor territorial o território estatal, na escala nacional, é o mais evidente, no caso do vetor reticular essa vinculação entre segurança e Estado não é tão óbvia. Para efeitos de exposição vamos, em primeiro lugar, apresentar três níveis em que podemos identificar as dinâmicas de segurança em redes e fluxos para posteriormente demonstrarmos o *continuum* entre essas diferentes dinâmicas.

²⁰ O argumento de Fiani sobre a conquista de "posições monopólicas" concedidas ao capital pelo poder político como motivação para a guerra (FIORI 2004, p. 32) pode ser também utilizado nesse caso: "o monopólio pode ser assegurado exatamente pela liberalização dos controles, mas do que pelas restrições e barreiras" (FIANI, 2010: slide 73, aula 8).

²¹ « La circulation est tout naturellement créatrice de changement dans l'ordre établi dans l'espace: elle consiste à déplacer. Dans l'ordre politique, elle déplace les hommes, les armées et les idées (...) Localiser dans l'espace les phénomènes consiste à les placer dans les systèmes de relation que la circulation anime. La position géographique d'un lien ou d'un territoire (...) résulte d'un certain état de circulation » (GOTTMANN 1952, p. 215).

Espaço nacional de circulação e as linhas interiores da guerra

O primeiro nível é o nível intermediário e mesoescalar dos Estados modernos, é a maneira de entender o Estado como movimento e circulação, para além da fixidez territorial. O fechamento dos Estados em suas fronteiras fortificadas ocorreu simultaneamente às aberturas comerciais que implicavam o aumento da fluidez interna do território e o controle mercantilista dos fluxos comerciais externos. Braudel localiza na origem dos mercados nacionais “uma vontade política centralizadora: fiscal, administrativa, militar ou mercantilista” (1998, p.265). A França do século XVIII, enquanto consolidava uma linha defensiva de fortificações localizadas na fronteira, abolia simultaneamente as alfândegas internas seguindo uma tendência geral de transferência de postos alfandegários para as fronteiras políticas (BRAUDEL 1998, p. 267). Quando essa política se oficializou, uma série de isenções a produtos essenciais já haviam tornado inócuas as alfândegas interiores. Esse processo de estímulo à circulação interna com fim das barreiras foi precoce na Inglaterra (século XIII), mas se considerarmos o conjunto das ilhas britânicas, podemos chegar também ao século XVIII com a união da Inglaterra com a Escócia (1707) e, posteriormente, com a Irlanda (1801).

A liberação da circulação não era um problema simples, pois havia sobretudo o perigo da escassez. As cidades capitalizadas necessitavam do fluxo permanente de produtos primários para abastecer seu mercado interno. Os Estados territoriais, por sua vez, ficavam presos a sua economia agrícola, a partir da qual era necessário extrair o excedente que permitisse seu fortalecimento militar e econômico. A fusão dessas duas lógicas é que dá origem aos mercados nacionais, que se consolidam como as unidades econômicas mais poderosas dentro do sistema capitalista emergente (BRAUDEL 1998, pp. 270-271).

A circulação interna pode ser pensada de forma correspondente a um elemento que assume um destaque cada vez maior nas teorias militares a partir do século XVIII: o uso das linhas interiores nas estratégias militares. Assim como os Estados e os mercados nacionais, a estratégia na guerra moderna era um resultado de uma mudança de escala. Segundo Clausewitz, a estratégia era o que havia de mais novo na guerra e era o aspecto dominante e mais importante da guerra como um todo (2008, p. 107). Os primeiros traços da estratégia, no sentido moderno, na guerra foram identificados por Clausewitz na guerra de Trinta Anos (1618-1648) com Gustavo Adolfo e nas guerras da França de Luís XIV (1643-1715). A mudança de escala a que se referia Clausewitz dizia respeito a “grandes corpos de tropas, áreas amplas e extensões de tempo substanciais” (CLAUSEWITZ apud STRACHAN 2008, p. 107). Ou seja, a formação das unidades políticas estatais e a capacidade de fazerem guerra não estavam na mera extensão territorial e na defesa das fronteiras, mas também na capacidade de garantir a circulação interna e tirar vantagens da logística e da mobilização em larga escala, que não era possível nas cidades-Estado.

A mobilidade ganhou importância nas guerras do século XVIII, principalmente com as guerras revolucionárias francesas. A ênfase na questão dos suprimentos era encarada, ainda no século XVIII, como prioridade por estrategistas como Guibert e Bülow, para quem era necessário garantir uma base de operações, isto é, “uma linha fortificada de depósitos separados” (p. 167). Porém, as guerras revolucionárias francesas mostraram a ineficácia das fortificações frente aos exércitos móveis, fazendo com que mesmo Bülow mudasse de ideia e passasse a defender o papel estratégico da mobilidade. É interessante notar que a metáfora adotada para expressar a novidade da guerra móvel era justamente a do capital: “a grande arte na guerra era extrair o máximo do capital, não espalhar um exército por guarnições, mas manter sua totalidade em permanente circulação. Mais do que outros, Napoleão “mantém seu capital ativo”” (PALMER 2001, p. 167).

Guerra naval e poder marítimo

Num segundo nível, para além das unidades estatais, mas ainda tomando a guerra como ponto de partida, destacamos a guerra naval e os impérios marítimos como expressão macroescalar do vetor reticular de segurança.

As grandes navegações inauguram uma nova concepção de mundo e um novo estágio na confrontação histórica entre forças estáticas e forças móveis. Apesar do marco das grandes navegações europeias ser considerado a descoberta da América em 1492 – o que permite a Mackinder considerar uma “era colombiana” – o surgimento da guerra naval²² é posterior, seu marco pode ser localizado no ano de 1588, com a vitória britânica sobre a Armada Espanhola.

O século XV conheceu diversos avanços tecnológicos nas navegações marítimas e uma expansão da área de abrangência do conhecimento geográfico europeu sobre os mares. As disputas marítimas anteriores ao século XV se deram principalmente no Mar Mediterrâneo e em outros mares fechados. Segundo a periodização de Ernst Kapp (1845 apud SCHMITT 2001 [1942], p. 353), a época das “sociedades talássicas”, de disputas dentro de mares fechados, durou desde a Antiguidade até o século XV, que inaugura a época das “sociedades oceânicas”. A batalha naval de 1588 demonstrou o quanto as tecnologias desenvolvidas para a guerra no Mediterrâneo eram inapropriadas para os combates em mar aberto.

A navegação transoceânica conferiu uma nova escala às guerras e as conquistas espaciais. O ordenamento espacial advindo com as navegações transoceânicas e a nova guerra marítima representou uma cisão entre terra e mar, com precedência lógica e cronológica em relação ao próprio ordenamento espacial da terra, com a separação do território em soberanias. A impossibilidade de se estabelecer soberania no mar é a contraparte do ordenamento espacial das terras continentais, o direito público europeu que emerge com o Tratado de Westfália (1648) estabelecendo soberanias territoriais mutuamente exclusivas.

Enquanto do lado terrestre do acontecer histórico se realiza uma conquista de territórios do maior estilo, completa-se no mar a outra não menos importante metade da distribuição no nosso planeta. As conquistas marítimas inglesas a levaram a cabo. Estas são, do lado marítimo, fruto da comum ação europeia daqueles séculos. Através dela foi determinada a linha fundamental da primeira ordem espacial planetária, cuja essência consiste na separação entre terra e mar (SCHMITT 2001 [1942], p. 379)²³

Considerando a capacidade de expansão e mobilidade de diversos impérios, podemos identificar que a conquista de vastos territórios pode ser encontrada em exemplos históricos anteriores aos Estados modernos (e coloniais), como é o caso do império romano ou do império mongol. Porém, a dificuldade de manutenção de domínios extensos ocasionou, na quase totalidade dos casos, a rápida involução dos impérios logo após estes atingirem seu apogeu²⁴. A expansão dos impérios europeus, no entanto, se diferencia da trajetória dos impérios continentais do passado,

²² Guerra naval é considerada aqui como uma modalidade moderna, relacionada às batalhas realizadas em alto mar, em que as embarcações podem atacar e ser atingidas à distância. A guerra marítima que existiu desde a Antiguidade dependia da aproximação entre as embarcações para combates homem a homem.

²³ Embora os britânicos tenham sido antecidos pelos portugueses, espanhóis e neerlandeses nas conquistas marítimas, Schmitt se refere às conquistas britânicas considerando a supremacia naval britânica atingida no século XVIII. O princípio do mar livre, apesar de defendido pelos neerlandeses em contraposição aos britânicos no século XVII, foi usufruído principalmente pelos britânicos nos séculos XVIII e XIX.

²⁴ Essa é a tese de Paul Kennedy (1989): “se um país se excede estrategicamente – digamos, pela conquista de territórios extensos ou em guerras onerosas – corre o risco de ver as vantagens potenciais da expansão externa superadas pelas grandes despesas exigidas (...) (p.2).

porque a grande escala alcançada pelos impérios europeus modernos se estabeleceu principalmente através das conquistas marítimas. A “escala global” é uma conquista advinda com a supremacia europeia nos mares abertos e, particularmente, a supremacia britânica sobre as demais potências europeias. As consequências dessa diferença em relação aos impérios do passado estão relacionadas justamente ao vetor reticular da segurança, que se conjuga com o modo capitalista de acumulação de riquezas. A capacidade de acumular riqueza e poder através da circulação altera o antigo padrão que associava poder e riqueza a bens fixos.

Circulação nas cidades e a polícia

Em um terceiro nível, que vai do nível intermediário dos Estados e economias nacionais em direção ao nível microescalar, podemos identificar uma lógica de segurança baseada na circulação da população nas cidades. É o que Foucault (1978) chama atenção quando aborda o “dispositivo de segurança”, a passagem de um mecanismo de poder baseado no controle do território para outro que se exerce sobre uma população. A narrativa de Foucault coloca o problema do crescimento das cidades no século XVIII e a necessidade de “ressituar a cidade num espaço de circulação” (2008 [1978], p.17).

As muralhas da cidade haviam sido suprimidas pelas novas necessidades econômicas do comércio, ao mesmo tempo em que as cidades, antes autônomas, passavam a se subordinar às unidades políticas estatais maiores. A cidade passou a ser organizada para a circulação dos fluidos, tal como o sistema sanguíneo, um espaço de mobilidade do “indivíduo econômico como um ser ganancioso ou social” e das multidões, “pobres que circulavam livremente nos espaços de riqueza inacessível” (SENNETT 2008 [1994], pp.278, 275)²⁵. Segundo Foucault, “a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes (...) Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, (...) planejar os acessos ao exterior” (2008 [1978], p. 25). A circulação acarretava riscos coletivos, como a escassez de alimentos, uma vez que a cidade, que não era auto-suficiente, dependia das trocas com o campo, mas também riscos individuais, novas modalidades de crime contra o patrimônio e contra o indivíduo que ainda hoje acompanham as preocupações mais básicas da segurança pública nas grandes cidades.

Foucault demonstra, em exemplos do século XVIII na Europa, que

o soberano do território tinha se tornado arquiteto de um espaço disciplinado, mas também, e quase ao mesmo tempo, regulador de um meio no qual não se trata tanto de estabelecer os limites, as fronteiras, (...) determinar localizações, mas, sobretudo, essencialmente de possibilitar, garantir, assegurar circulações: circulações de pessoas, (...) de mercadorias, (...) do ar, etc (2008 [1978], p. 39).

Essa questão é atualizada por Didier Bigo na análise das dinâmicas contemporâneas de segurança. Enquanto a abordagem de Foucault se situa no período de diferenciação entre os dispositivos de segurança policial e militar, um orientado para o controle das populações na cidade, outro para a segurança territorial dos Estados nas fronteiras, Didier Bigo se posiciona frente aos processos contemporâneos de “des-diferenciação” que emergem com a “(in)segurança global”. No mundo contemporâneo, “as atividades de policiamento têm se tornado mais extensivas”, em relação

²⁵ Richard Sennett explora as “artérias e veias modernas”, mostrando como o “desenho urbano do século XIX tanto promoveu a circulação de grande número de indivíduos quanto incapacitou o movimento de grupos ameaçadores surgidos com a Revolução Francesa” (2008 [1994], p. 328).

ao alcance geográfico e ao alcance que deriva do papel dos diversos agentes de (in)segurança (BIGO 2006, p. 15-16). A nova extensão do alcance implica uma nova lógica de segurança mais individualizada (BIGO 2006, p. 17), na qual a gestão da população se torna uma questão-chave, que descola o policiamento de sua dimensão territorial imediata. Ao lado do policiamento desqualificado e ostensivo, se verifica um policiamento qualificado e discreto.

A gestão da população opera menos como uma prática enraizada de pastoreio do que uma prática nômade que segue a migração sazonal das populações, a qual é criada como o efeito de tais lógicas proativas. Vigilância à distância significa trabalhar para controlar os movimentos de ir e vir das populações (BIGO 2006, p. 21)²⁶.

Embora os três níveis do vetor reticular sejam bastante distintos, eles permitem visualizar como a circulação se constitui como um vetor de segurança que se coloca de modo oposto às concepções unicamente assentadas na dimensão territorial e fixa da segurança.

Conclusão

Os dois vetores apresentados no artigo não ocorrem de forma mutuamente excludente e não devem ser vistos como uma dicotomia. A tendência é verificarmos composições reunindo ambos os vetores, com ênfase maior em um ou no outro. O que propomos é um esforço para colocar a guerra e a violência estatal em termos geográficos. Dois aspectos, no entanto, nos parecem importantes e não foram aprofundados. Em primeiro lugar, o componente colonial do Estado moderno, isto é, o vínculo entre as conquistas ultramarinas e o desenvolvimento das máquinas de guerra que promoveram os “colonialismos internos” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003) na Europa. Em segundo lugar, o uso da força nos processos de acumulação primitiva e nos conflitos de classe que estiveram na origem do entrelaçamento entre capital e Estado na Europa.

²⁶ “Population management operates less like a rooted practice of herding than a nomadic practice that follows the seasonal migration of populations, which is created as the effect of such proactive logics. Surveillance at a distance means working to control the ingoing and outgoing movement of populations” (BIGO 2006, p. 21).

Referências

- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP
- BIGO, Didier (2006). *Globalized (in)security: the field and the Ban-opticon. Conferences*. Center for European Studies, Harvard. Disponível em <http://www.ces.fas.harvard.edu/conferences/muslims/Bigo.pdf>
- BLACK, Jeremy. A military revolution? A 1660-1792 perspective. In ROGERS, C. J. (Ed.) *The military revolution debate: readings on the military transformation of early modern Europe*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1995
- BRAUDEL, Fernand (1998). *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes
- CASTELLS, Manuel (1999) [1996]. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra
- FIANI, Ronaldo (2010). *Slides e notas de aula. Disciplina: Economia Política Internacional da Guerra*. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional/UFRJ
- FIORI, José Luís (2007) [2004]. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes
- FOUCAULT, Michel (2002) [1976]. *Em defesa da sociedade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes
- FOUCAULT, Michel (2007) [1978]. *Segurança, território e população*. Rio de Janeiro: Martins Fontes
- FOUCHER, Michel (1991). *Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique*. Paris: Fayard
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (2003). Colonialismo Interno (una redefinición). *Revista Rebeldía*, No. 12
- GOTTMANN, Jean (1952). *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin
- GOTTMANN, Jean (1973). *The significance of territory*. Virginia: University Press
- HAESBAERT, Rogério (2010). *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- HARVEY, David (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola
- KEEGAN, John (2006). *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras
- KENNEDY, Paul (1989). *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus
- MACHADO, Lia Osorio (1997). O Controle Intermitente do Território Amazônico. *Revista Território*, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n.2, p. 19-32
- MACHADO, Lia Osorio (1989). *Mitos y realidades de la Amazonia Brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540 – 1912*. Tese de Doutorado, Universidad de Barcelona
- MACHADO, Lia Osorio (2005). Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- McNEILL, William (1988). *La búsqueda del poder: tecnología, fuerzas armadas y sociedad desde el 1000 d. C*. Madrid: Siglo Veintiuno Ed.
- SAHLINS, Peter (1989). *Boundaries: the making of France and Spain in the Pyrennes*. Berkeley: University of California Press
- SCHMITT, Carl (2001) [1942]. Tierra y mar. In: SCHMITT, C. *Carl Schmitt, teólogo de la política*. México: FCE
- SENNETT, Richard (2008) [1994]. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Bestbolso
- STRACHAN, Hew (2008). *Sobre a Guerra, de Clausewitz: uma biografia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- TILLY, Charles (1996) [1990]. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP